

TRIBUNAL DA COMARCA DE LAMEGO

Anúncio

Processo n.º 665/06.0TBLMG.
Insolvência de pessoa singular (apresentação).
Devedor — Valentim da Rua Gonçalves.
Presidente com. credores — Banco Internacional de Crédito e outro(s).

No Tribunal da Comarca de Lamego, 1.º Juízo de Lamego, no dia 7 de Setembro de 2006, pelas 21 horas e 30 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Valentim da Rua Gonçalves, divorciado, número de identificação fiscal 166601608, com endereço no Largo do Desterro, 5100-093 Lamego, com domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado António José Matos Loureiro, com domicílio no Edifício Topázio, escritório 405, Coimbra, 3001-601 Coimbra.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 16 de Novembro de 2006, pelas 15 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

11 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Manuela Lemos*. — A Oficial de Justiça, *Cândida Barreto*. 3000215735

TRIBUNAL DA COMARCA DE MOIMENTA DA BEIRA

Anúncio

Processo n.º 42/05.0TBMBR.
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
Requerida — ALPEDRA — Granitos de Alpendurada, L.ª, e outro(s).
Credor — Electrolux Construction Products Portugal, S. A.

Convocatória de assembleia de credores

A Dr.ª Catarina de Sousa Vasconcelos, juíza de direito do Tribunal da Comarca de Moimenta da Beira, faz-se saber que por este Tribunal pendem uns autos de insolvência em que é requerente Electrolux Construction Products Portugal, S. A., sociedade comercial anónima com sede no Edifício Diamant Boart Lagoa, Albarraque, Rio de Mouro, e requerida ALPEDRA — Granitos de Alpendurada, L.ª, com sede no lugar da Pedreira de Soutosa, freguesia de Peva., concelho de Moimenta da Beira, sendo a residência do gerente Manuel Luís Vieira Soares, no lugar de Ordonho, Alpendurada e Matos, Marco de Canaveses.

Foi nomeado administrador o Dr. Aníbal dos Santos Almeida, com endereço na Rua de Alves Martins, Edifício Humberto Delgado, 40, 5.º, Viseu, 3500-000 Viseu.

Ficam notificados todos os interessados de que, no processo supra-identificado, foi designado o dia 18 de Outubro de 2006, pelas 14 horas, para realização da assembleia de credores, a que se refere o artigo 209.º do CIRE.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos, que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

Mais se faz saber que a proposta de plano de insolvência se encontra à disposição dos interessados, para consulta, na Secretaria do Tribunal, e que o mesmo sucederá com os pareceres eventualmente emitidos pelas entidades referidas no artigo 208.º do CIRE, durante os 10 dias anteriores à data da assembleia.

13 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Catarina de Sousa Vasconcelos*. — O Oficial de Justiça, *António Pinto*. 3000215680

TRIBUNAL DA COMARCA DE OLHÃO

Anúncio

Processo n.º 474/06.6TBOLH.
Insolvência de pessoa singular (requerida).
Credor — Caixa Leasing e Factoring — Instituição Financeira de Crédito, S. A.
Insolvente — Ricardo Manuel Martins Ladeira.

No Tribunal da Comarca de Olhão, 1.º Juízo de Olhão da Restauração, no dia 7 de Setembro de 2006, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Ricardo Manuel Martins Ladeira, solteiro, nascido em 12 de Julho de 1972, nacional de Portugal, número de identificação fiscal 176532633, bilhete de identidade n.º 9989110, com endereço na Estrada do Laranjeiro, Estaleiro Ricardo Ladeira, sítio de Marim, Quelfes, 8700-000 Olhão, com domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado Luís Manuel Iglésias Fortes Rodrigues, com domicílio na Rua do Dr. Emiliano da Costa, 89-A, 8000-324 Faro.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 10 de Novembro de 2006, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

8 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima Silva Viegas*. — A Oficial de Justiça, *Maria Paula Miranda Gomes*.
1000305733

TRIBUNAL DA COMARCA DE PAÇOS DE FERREIRA

Anúncio

Processo n.º 395/06.2TBPRF.

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação).

Insolvente — Electro Magalhães — Instalações Eléctricas, L.ª

Credor — Soares Ribeiro & Ribeiro, L.ª, e outro(s).

Convocatória de assembleia de credores

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Electro Magalhães — Instalações Eléctricas, L.ª, com endereço em Gandarela, Freamunde, 4590 Paços de Ferreira.

Dr. Fernando Silva e Sousa, com endereço na Rua de Aquilino Ribeiro, 231, 3.º, esquerdo, São Mamede de Infesta, 4465-024 São Mamede de Infesta.

Ficam notificados todos os interessados de que, no processo supra-identificado, foi designado o dia 19 de Outubro de 2006, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores para discussão e aprovação do plano de insolvência.

Ficam, ainda, notificados de que, nos 10 dias anteriores à realização da assembleia, todos os documentos referentes ao plano de insolvência se encontram à disposição dos interessados, na secretaria do Tribunal.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

5 de Setembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Francisco Ferreira da Silva*. — A Oficial de Justiça, *Lídia Martins*.
3000215747

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE PAREDES

Anúncio

Processo n.º 2335/06.0TBPRD.

Insolvência de pessoa singular (apresentação).

Insolvente — Joaquim Moreira Gomes.

Credor — Alves & Leite, L.ª, e outro(s).

Convocatória de assembleia de credores

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Joaquim Moreira Gomes, nascido em 18 de Maio de 1949, freguesia de Sobrosa, Paredes, número de identificação fiscal 147004640, bilhete de identidade n.º 3685456, com endereço em Torrilhe, 4580-612 Sobrosa.

Administrador da insolvência: Adélio Monteiro Gonçalves Ramalho, com endereço na Rua de Joaquim Lagoa, 15, 4445-482 Ermesinde.

Ficam notificados todos os interessados de que, no processo supra-identificado, foi designado o dia 21 de Setembro de 2006, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores.

Os credores podem fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Ficam advertidos os titulares de créditos que os não tenham reclamado, e se ainda estiver em curso o prazo fixado na sentença para reclamação, de que o podem fazer, sendo que, para efeito de participação na reunião, a reclamação pode ser feita na própria assembleia [alínea c) do n.º 4 do artigo 75.º do CIRE].

7 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Carla Alexandra Ferraz Laranjeira*. — A Oficial de Justiça, *Paula Alexandra C. Almeida*.
3000215751

TRIBUNAL DA COMARCA DA PÓVOA DE VARZIM

Anúncio

Processo n.º 248/06.4TBPVZ.

Insolvência de pessoa singular (requerida).

Devedor — Banif — Banco Internacional do Funchal, S. A.

Insolvente — Paula Cristina Milhazes Cadilhe Alexandre.

No Tribunal da Comarca da Póvoa de Varzim, 2.º Juízo da Póvoa de Varzim, no dia 12 de Maio de 2006, pelas 16 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Paula Cristina Milhazes Cadilhe Alexandre, separada judicialmente de pessoas e bens de Vítor Manuel Flores Alexandre, número de identificação fiscal 201993015, bilhete de identidade n.º 9576743, nascida a 10 de Abril de 1970, na freguesia e concelho da Póvoa de Varzim, filha de José Fernandes Cadilhe e de Maria Arlinda Milhazes Figueiredo, residente na Rua de Latino Coelho, 676, 4490-000 Póvoa de Varzim, com domicílio na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado João Manuel da Fonseca Faria Mariz, com domicílio na Rua do Padre José Brenha, 74, 4490-669 Póvoa de Varzim.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Qualquer interessado pode pedir, no prazo de cinco dias, que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.